REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 1. Número 1. Janeiro a junho de 2017.

AUTOGESTÃO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA E SOLIDÁRIA: O CASO DAS MULHERES CAMPONESAS DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA

Ivna Herbênia da Silva Souza
Mestra em educação e contemporaneidade. Vínculo: UNEB
E-mail: herbeniasouza@gmail.com

Keila dos Santos Paes Cotrim
Graduada em administração. Vínculo: UNEB
E-mail: keilanicoly@hotmail.com

Daniela Mares Rodrigues da Silva Barbosa
Graduada em administração. Vínculo: UNEB
E-mail: patriciabjl@hotmail.com

Patrícia Vieira - UNEB
Graduada em administração. Vínculo: UNEB
E-mail: danemares@hotmail.com

ARTIGO

Recebido: 14 de março de 2017 | Aceito em 11 de junho de 2017

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo, analisar os desafios e as possibilidades acerca da autogestão, vivenciados pela Associação do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana – BA (AMCRS), sob a perspectiva de um novo modo de produção, denominado economia solidária, que por meio de empreendimentos como associações, cooperativas, dentre outros, proporciona a possibilidade de uma organização democrática, autogestionária e sustentável. Inicialmente busca-se refletir sobre o conceito de Economia solidária e em seguida como esta acontece no âmbito da organização associativa e autogestionária. Para tanto dialogamos com diversos autores como Singer (2000, 2002), Culti (2010), Souza (2003), Arroyo e Schusch (2006), Lima (2006) dentre outros, que nos deram um suporte teórico acerca da temática em questão. A pesquisa foi realizada sob a ótica da abordagem qualitativa, adotando o método de observação para condução da investigação e alcance dos objetivos propostos. É válido destacar a importância da economia solidária em empreendimentos econômicos, principalmente em se tratando de autogestão, que se insere na perspectiva de transformação social, econômica e cultural da sociedade, pois, a partir dela ocorrem mudanças de cunho intelectual e moral da classe trabalhadora, baseadas na mais ampla democracia e na hegemonia dos trabalhadores. Assim, este estudo nos mostrou que

frente a este novo modo de produção compreende-se, que a economia solidária passa gradativamente por um processo de mudanças e aperfeiçoamentos, visando o trabalho coletivo, no qual a sociedade tem o poder de transformar-se mediante as decisões e ações de seus membros, visando necessidades comuns, a fim de conseguir melhores condições de vida.

Palavras-chave: Associativismo. Economia Solidária. Autogestão.

ABSTRACT: This article intends to analyze challenges and opportunities about self-management, experienced by the Associação do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana – BA (AMCRS), from the perspective of a new production method called solidarity economy that through projects such as associations, cooperatives, among others, provides the possibility of a democratic, self-managed and sustainable organization. Initially we seek to reflect on the concept of solidarity economy and then how this happens within the associative and self-managed organization. Therefore dialogued with several authors, such as Singer (2000, 2002), Culti (2010), Souza (2003), Arroyo and Schusch (2006), Lima (2006) among others, which gave us theoretical support about the theme. The survey was conducted from the perspective of qualitative approach, adopting the observation method for conducting research and achieve the proposed objectives. It should be highlighted the importance of solidarity economy in economic enterprises, especially in the case of self-management, which falls within the perspective of social, economic and cultural life of society because, through her, intellectual and morality changes occur over the working class, based on greater democracy and hegemony of workers. Thus, this study shows that compared to this new mode of production is understood that the solidarity economy gradually goes through a process of changes and improvements, aimed at collective work, in which the company has the power to transform through decisions and actions of its members for common needs in order to achieve better living conditions.

Keywords: Associations. Solidarity Economy. Self-Management.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é um meio de produção, consumo e distribuição da renda de forma igualitária, que visa principalmente no valor do ser humano e não no capital. Assim, a importância de tratarmos dessa temática se pauta em perceber esta como uma ferramenta de inteiro teor e responsabilidade de toda a sociedade que direto e/ou indiretamente está ligada a mesma. Nessa perspectiva de sociedades mais justas, a Economia Solidária se fortalece como um dos meios em resposta à crise econômica e de desemprego, e ainda como ao enfrentamento em relação à falta de estabilidade tanto social quanto ambiental.

O presente artigo aborda um estudo de caso na Associação do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana – BA, no qual salienta-se a importância desta associação no referido município, dando ênfase, pois, nas atividades exercidas por suas sócias acerca do trabalho coletivo, solidário e autogestionário.

Dentre as contribuições pertinentes à escolha da temática em questão, uma delas surgiu durante um minicurso, ocorrido na semana de integração, referente ao semestre 2014.2, do Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – DCHT/Campus XVII, no qual, abordou-se o tema da economia solidária, despertando assim o interesse de conhecermos mais sobre este novo modo de produção, e ficando nítida a necessidade de se pensar em como acontecia essa nova forma de trabalho, pelo fato de que na região, tanto na cidade de Bom Jesus da Lapa, como na cidade de Riacho de Santana, existem poucas associações que trabalham com a economia solidária,

Sendo assim, sugiram diversas indagações acerca desta economia, que se constitui pelo fato de um dos principais fatores que a diferencia do sistema econômico capitalista é o trabalho autogestionário, no qual este por sua vez impõe muitos desafios aos que ali estão inseridos, principalmente em grupos como associações, cooperativos Empreendimentos Econômicos Solidários, dentre outros, pois se trata de um novo modelo de gestão que tem como base o trabalho coletivo e igualitário.

No intuito de responder a estas indagações desenvolveu-se a problemática em questão: Quais são os desafios e as possibilidades da autogestão, vivenciados pela Associação das Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana – BA, a partir da implantação da Economia solidária? Diante do problema levantado foi proposto, o seguinte objetivo geral: Analisar os desafios e as possibilidades acerca da autogestão, vivenciados pela referida Associação.

A construção deste artigo é fruto de uma pesquisa de trabalho de conclusão do Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – DCHT/Campus XVII. A referida pesquisa ocorreu entre o mês de setembro a dezembro de 2014, realizada na Associação do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana – BA. O referido trabalho está estruturado em cinco tópicos: O primeiro aborda algumas concepções de associativismo e economia solidária, desde seu contesto histórico até os dias atuais. No segundo tópico, ressaltamos a autogestão e como esta se desenvolve acerca do trabalho econômico solidário. No terceiro tópico pontuamos os desafios e possibilidades da autogestão vivenciada pela AMCRS. E no último tópico trazemos uma reflexão sobre os resultados obtidos durante o processo da pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando, portanto, que a pesquisa contribui significativamente para a descoberta de novos conhecimentos o este trabalho se caracteriza como pesquisa exploratória com foco principalmente nos objetivos relacionados a este estudo.

> A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipótese. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições. Seu planejamento, portanto, é bastante flexível de modo que possibilite a consideração, dos mais variados aspectos relativos, ao fato estudado (GIL, 2002, p. 42).

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, como focaliza Lüdke e André (1986, p. 18): "[...] o estudo qualitativo [...] é o que desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada". Foi realizado um estudo de caso, pois esta abordagem atende nossos anseios frente a esta atividade, já que contempla três passos essenciais em uma pesquisa: a fase exploratória, em seguida a coleta de dados e, por fim, a análise dos dados, tendo como um dos pontos primordiais o contexto no qual se realiza a pesquisa.

É importante ressaltar, pois, que para a coleta de dados, primeiramente foi realizado uma pesquisa bibliográfica, onde foram feitas leituras a partir de livros, periódicos, artigos de revistas especializadas, jornais, publicações, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos da temática aqui proposta, além de sites especializados da internet, desenvolvendo-se assim o referencial teórico deste trabalho.

Utilizamos como dispositivos de geração de dados a análise documental, a observação e especialmente a entrevista semiestruturada realizadas com as associadas, no intuito de conhecer e levantar dados acerca da problemática em questão, vistas a alcançar nossos objetivos. Para tanto, Gil (2002, p. 109) destaca a importância da entrevista visto que é 'uma forma de interação social. Mais especificamente é uma forma de diálogo assimétrico, em que umas das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

É necessário o respaldo de que a análise de dados é um instante de grande relevância no processo da pesquisa, pois é nele que desenvolveremos uma reflexão sobre o material coletado, buscando construir relações, conceitos e inferências, à busca de elucidação.

Sendo assim, no procedimento de análise de dados deste estudo, foi utilizada a técnica de triangulação, no intuito de obter uma melhor compreensão sobre o fenômeno pesquisado. Vergara (2005, p.257), corrobora desta mesma ideia ao salientar que "a triangulação pode ser

definida como uma estratégia de pesquisa baseada na utilização de diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno". Logo, a triangulação permite a realização de um paralelo, entre os aspectos trabalhados no referencial teórico, os dados obtidos na pesquisa e a observação, possibilitando ao pesquisador, obter maiores informações sobre seus questionamentos.

3 ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Devido todas as movimentações ideológicas culturais, econômicas políticas e sociais que aconteceram na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX, surgiu o aparecimento de várias experiências solidárias, que foram influenciadas pela ideia da valorização do ser humano, através de cooperativas e associações de produção, criadas por trabalhadores, no intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista (ARROYO; SHUCH 2006). Contudo, no Brasil de acordo com Souza (2003) a economia solidária se desenvolveu devido ao elevado número de desemprego que houve no país ao longo dos últimos anos, principalmente após a revolução industrial, fazendo com que surgissem diversas associações econômicas inspiradas na economia igualitária e democrática, assumindo várias formas, tanto como cooperativas, como empresas autogestionárias, clubes de trocas de mercadorias dentre outros, dando ênfase a economia solidária.

Deste modo, cabe ressalta que "a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual". Partindo deste pressuposto o autor ainda enfatiza que "a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo" (SINGER, 2002, p. 10). Como tal ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra em toda sua evolução.

Culti (2010, p. 7) parte deste mesmo pressuposto ao afirmar que:

> A economia solidária é um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de associações, cooperativas, redes de cooperação e grupos informais de produção, entre outros.

Percebe-se se então que muitas iniciativas não capitalistas surgem a partir das necessidades de pessoas excluídas de alguns meios socializados de produção, fazendo com estas pessoas dependam unicamente do seu trabalho para se sustentarem. Daí a importância de se vincular a economia solidária dentro das associações, objetivando o desempenho coletivo, favorecendo a todos que ali estão inseridos.

Diante das tais colocações, é importante considerar que, no Brasil a economia solidária, caracteriza-se por ser muito diversificada e abrangente, visto que possui várias formas de cooperativas e diversas modalidades associativas, além de outros tipos de organizações como as de entidades de fomento que atuam em diversos âmbitos. Destaca-se, que houve um fortalecimento voltado para a Economia Solidária, através de iniciativas de apoio às pequenas unidades econômicas individuais e associadas no país. A partir daí, foi que este novo modo de produção coletiva e solidária passou a se integrar em pautas maiores, como na atuação do Estado, onde foram criadas políticas públicas de trabalho e renda, na tentativa de se criar alternativas para a empregabilidade.

Cabe ainda mencionar que estas entidades foram criadas no intuito de, colaborar com o desencadeamento e desenvolvimento da economia solidária, dentre elas, destacam-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, que desenvolve um conjunto de ações com o propósito de fortalecer a realidade da economia solidária no Brasil, destacam-se também demais entidades como o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que se desenvolveu a partir de uma iniciativa para identificar e caracterizar os empreendimentos solidários e econômicos, além de entidades de Apoio e Fomento á Economia Solidária e as de políticas públicas voltadas para este tipo de empreendimento.

Segundo o Atlas da economia solidária no Brasil (2009, p. 19), se compreende como políticas públicas solidárias "aquelas ações projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos de administração direta e indireta das esferas, municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária". De acordo com o referido atlas, os trabalhadores (as) e sócios de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), são os principais beneficiários diretos deste tipo de política, tanto os que já estão constituídos, quanto o que ainda estão em constituição.

> No Brasil existem centenas de entidades que apoiam iniciativas associativas comunitárias e a constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de economia solidária etc. Atualmente, os empreendimentos de economia solidária, as entidades de apoio, assessoria e fomento e os gestores governamentais vêm se articulando em redes e fóruns de economia solidária (CULTI, 2010, p. 7).

A discussão acerca da temática sobre economia solidária relaciona-se no contexto do associativismo, devido, as expressões e desejos das pessoas, na busca de satisfazer suas necessidades coletivas, através de relações sociais e participativas, na medida em que vem

expressando estes desejos o associativismo apresenta-se como uma alternativa de geração de emprego, renda e inclusão social por meio de ações solidárias.

O associativismo baseado na solidariedade se faz diante da convivência nas associações, que estabelece uma relação entre os que estão diretamente envolvidos, fortalecendo as identidades e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

> O associativismo caracteriza-se pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, de convivência, de troca e atua localmente, procurando estabelecer uma relação com a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade com mais dignidade e para fortalecer as identidades (LEONELLO, 2010, p. 40).

Neste Contexto cabe focalizar que, a associação como ferramenta de organização produtiva e, torna-se uma alternativa propulsora do desenvolvimento local, através de diversos fatores sejam eles, sociais, culturais ou políticos.

4 AUTOGESTÃO A PARTIR DO TRABALHADO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

Ao mesmo passo que a economia solidária, almeja a inclusão social, o trabalho coletivo e autogestinário, é notória as dificuldade, limitações e possibilidades que as associações enfrentam para manter seu empreendimento, principalmente no que se refere a autogestão. Deste modo cabe destacar a autogestão como forma de organização produtiva que na maioria das vezes pode ser identificada em diferentes momentos históricos e espaços econômicos rurais e urbanos. Apesar de que a mesma foi mais difundida por volta do século XX, sabe-se que desde sua origem as lutas dos trabalhadores e do movimento operário sempre estivaram relacionadas com experiências autogestionárias. Sendo assim, pode-se dizer que a autogestão "não se trata apenas de um modelo gerencial de administração de uma organização econômica e, sim, de práticas sociais que se construíram ao longo do tempo" (CULTI, 2010, p. 75).

Diante de tal colocação, é importante considerar que a autogestão entre os trabalhadores não se constitui apenas de um ideário ou um objetivo. Houve uma experiência histórica por meio das lutas de classes. Ao longo dos tempos adquiriu-se "[...] características de mudança gradual por meios pacíficos da sociedade capitalista, através das livres associações de produtores. É possível ter-se referência no movimento operário com a Revolução Francesa, em que a autogestão expressou o tipo de luta espontânea" (NETO, 2005, p. 18).

Considerando a fala de acima mencionada, Singer (2000, p. 20) afirma que:

> A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte [...] Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão.

Contudo sabe-se, que para que o empreendimento se firme faz-se necessário à colaboração de parceiros que podem ser outras empresas externas como, por exemplo, as incubadoras, que são órgãos especializados em formar e amparar esse tipo de empreendimento, as organizações não governamentais, entidades religiosas, sindicatos dentre outras empresas solidárias.

Singer (2000, p. 22) ainda complementa dizendo que:

> Quando a empresa solidária começa a funcionar, os sócios já têm certa prática de autogestão, embora lhes falte, possivelmente, toda competência específica para operar no ramo de negócios escolhido. Essa competência será construída ao longo da vida prática da empresa, analogicamente ao que ocorre com a empresa capitalista. Só que nesta o aprendizado se limita principalmente aos integrantes do corpo de executivo, ao passo que na empresa solidária ela se estende a todos os membros.

Outro desafio perceptível com relação a autogestão, refere-se a forma de como a associação reage quando a mesma obtêm êxito, visto que desperta-se o desejo de enriquecimento, pressupondo assim o ideário capitalista. Contudo quando há uma situação de crise, o modelo econômico solidário, indica a melhor forma de superar os resultados da crise, visto que seus sócios partilham das perdas de forma coletiva.

De acordo com Culti (2010, p. 76):

> Na autogestão, os associados não esperam salvadores, antes arquitetam a própria organização do trabalho e administrativa. Eles deixam de receber o saber unicamente de fora do coletivo e são incitados a tomar consciência do que são e, sobretudo, do que podem fazer. Ou seja, deixam de ser dirigidos e passam a ser dirigentes, numa ação que une esforços no agir coletivo para a repartição do poder, dos ganhos e posse dos bens.

Diante das tais colocações, é importante destacar que a autogestão ela pode ser considerada como um modo de organização do trabalho coletivo, em que não existem diferenças entre a concepção de trabalho e os meios de produção, visto que todo o coletivo, caracterizando-se como um processo constante de educação, aprendizado e construção a partir do desenvolvimento econômico solidário.

5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AUTOGESTÃO VIVENCIADOS PELA AMCRS

A Associação do Movimento de Mulheres camponesas de Riacho de Santana se diz respeito a um grupo de mulheres, que se reuniram em associação no intuito de fortalecer o grupo na busca pelos direitos da mulher e também como alternativa à contribuição na renda familiar, a partir do trabalho agrícola familiar. A referida associação, atualmente conta com um total 89 associadas, dentre elas, 69 são camponesas regulamentadas, ou seja, possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) todas trabalham com agricultura familiar, na produção de bolos, doces, poupas de frutas e derivados da mandioca, já 20 dessas associadas não possuem a DAP e desenvolvem atividades somente voltadas para o artesanato.

A maioria das sócias da AMCRS são mulheres oriundas de classes socialmente vulneráveis, economicamente desfavorecidas, que não tiveram oportunidade de emprego, e encontraram na agricultura familiar e no artesanato, uma forma de trabalho e sustento. Essas mulheres são moradoras da zona urbana da cidade de Riacho de Santana e de diversas comunidades rurais circunvizinhas.

A pesquisa foi realizada com 7 (sete) associadas, no qual foram analisados dados importantes para levantar o perfil de cada uma, como escolaridade, estado civil e renda. É importante frisar, que os nomes dos sujeitos da pesquisa não serão revelados, ou seja, serão utilizados nomes fictícios em respeito à privacidade dos mesmos, bem como o grau de confiabilidade no estudo.

A partir das entrevistas e observações, identificou-se que o perfil das mulheres, que se associaram na AMCRS inicialmente era somente de mulheres camponesas, que já participavam do Movimento de Mulheres Camponesas e lutavam em prol dos direitos da mulher do campo. O Manual de Capacitação da Tecnologia Social (2009, p. 7), realça que os EES são "[...] organizações abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, política e religiosa". Desta forma torna-se de suma importância que todos aqueles que trabalhem em Empreendimentos Econômicos Solidários, primeiramente disponham dos mesmos objetivos e metas.

A fim de identificar o perfil das sócias da AMCRS, foi possível constatar que as entrevistadas possuem idade entre 18 e 70 anos, em sua maioria são casadas com escolaridade de ensino fundamental incompleto e renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos. Todas estão associadas na AMCRS no mínimo há mais de 1 ano e a principal atividade desenvolvida pela maioria está relacionada a agricultura familiar.

Através da entrevista buscou-se perceber de que forma ocorria processo de autogestão dentro da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana, que por sua vez procura desenvolver um trabalho democrático e solidário. É através da democracia, que busca-se gerir os Empreendimentos Econômicos Solidários, no intuito de que todos os resultados, sejam eles econômicos, políticos ou culturais sejam compartilhados da mesma forma por todos, sem distinção alguma.

Quando uma pessoa se integra em uma cooperativa, ou associação, muitos acabam experimentando pela primeira vez, o gozo dos direitos iguais para todos, e principalmente, disfrutam do prazer de se expressarem livremente e de serem escutados, sentindo um orgulho ao perceber que suas opiniões são respeitadas e que podem fazer a diferença no destino do coletivo (LIMA, 2006).

Neste contexto, questionamos às sócias como é realizada a divisão das atividades, visto que a AMCRS é contemplada por um grande número de sócias.

> *"Aqui é tudo dividido, as dispesa, tudo. Tem os grupo que faz os bolo, as chiringa, os suco e as poupa. E as que faz o artesanato, mais esse separado né. É dividido tudo igual cada qual tem seu dia né, pra ficar tudo igual"* (Entrevistada C, Sócia, 2014).

No âmbito da autogestão, um dos instantes de maior ênfase é o momento da tomada de decisão, devido ao fato do empreendimento ser autogestionário, diferente do modelo capitalista, no qual existe um chefe para tal função. Lima (2006, p. 92), destaca que "na medida em que o exercício da democracia se incorpora ao trabalho e à vida dos cooperados, tende a ocorrer a assimilação "natural", dos princípios do trabalho coletivo, contribuindo assim para a construção da autogestão do grupo".

Assim, questionamos às entrevistadas, sobre a participação delas nas tomadas de decisões dentro associação, e como isso ocorre se é de modo igualitário ou se há diferenciação.

> *"Todas aqui tem direito igual, as vezes tem as reunião e não vem todas. A presidente ela tem os assuntos dela a ser tomado, mas qualquer decisão que tem, ela sempre reúne o grupo pra poder levar o assunto pra o grupo pra ver se o grupo concorda ou não, qualquer um pode colocar a idéia no grupo mão precisa ser só a presidente"* (Entrevistada B, Sócia, 2014).

Diante das consideração acima explanada, tanto da entrevista "B", como a da maioria das entrevistas, é relevante um respaldo sobre as perspectivas e as dificuldades, encontradas na associação, no contexto da autogestão, pois, quando se investe em desenvolvimento de tecnologias adequadas à autogestão, como a promoção de novos produtos, a orientação voltada a viabilidade dos empreendimentos, na ampliação do empreendimento, está se investindo, simultaneamente, tanto no desenvolvimento individual como no coletivo dos

trabalhadores. O que acaba sendo muitas vezes um desafio, visto que decidir coletivamente, é bem mais complexo do que a decisão comparada com o sistema capitalista. Podemos confirmar esta questão a partir da fala das entrevistadas a abaixo, quando nos relata sobre as dificuldades encontradas ao se trabalhar em grupo.

> *"Sempre tem dificuldade né, as vezes uma acha que ta certo, as outras acha que não tá, aí cê tem que conversar bastante pra poder chegar a uma conclusão, e aí também depende da maioria, é difícil, mas sempre acaba dando certo"* (Entrevistada A, tesoureira, 2014).

Foi possível perceber através das entrevistas, que a maioria das entrevistadas, se reconhecem naquilo que fazem e se identificam com seu trabalho, mesmo com as dificuldades de se trabalhar em grupo, de aceitar criticas, criticar e expressar suas opiniões. Fica visível a satisfação das mesmas, quanto às atividades que desempenham no trabalho em grupo.

Diante das considerações acima explanadas, é relevante ponderar, que os EES, neste caso a AMCRS, possui um grau de solidariedade bem elevado, visto que as práticas autogestionárias e de cooperação, ocorrem de forma significativa, proporcionando, condições de viabilidade econômica, aprendizado, conscientização e vínculos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em autogestão, sabe-se que ainda há muitos desafios para serem superados nesse novo modo de produção e gestão, visto que, muitas instituições como que desenvolvem um trabalho econômico solidário, ainda encontram dificuldades em vários aspectos, tanto financeiros, como tecnológicos, quanto produtivos e gerenciais, além da necessidade de haver mais incentivos e políticas públicas, a fim de ampliar esse novo sistema de produção coletivo e solidário.

No decorrer da pesquisa descrita, que corrobora no sentido de que a autogestão se insere na perspectiva de transformação geral da sociedade, vale ponderar que são muitas as mudanças de cunho intelectual, cultural e moral da classe trabalhadora, baseadas na mais ampla democracia e na hegemonia dos trabalhadores, decorrentes da economia solidária. Assim, este estudo nos mostrou que frente a essa perspectiva é possível compreender que a Economia Solidária passa gradativamente por um processo de mudanças e aperfeiçoamentos, visando o associado, e, por conseguinte a sociedade como um todo.

Neste sentido, a sociedade tem o poder de transformar-se, mediante as decisões e ações de seus membros, sendo essa a dinâmica para superar seus limites. A organização das pessoas,

sua união para solucionar necessidades comuns e conseguir melhores condições de vida, determina o desenvolvimento de uma nação. Dessa forma, vários são os exemplos em que o associativismo permitiu a conquista de direitos sociais, culturais e econômicos, além da independência financeira das mulheres camponesas, sócias da AMCRS.

Em suma, os resultados deste estudo elucidaram algumas discussões acerca do Associativismo e Economia Solidária. A partir destes, percebemos que na AMCRS, a satisfação do associado quando se trata de ganhos, vai muito além do econômico, como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos. O respeito e a valorização à diversidade se fazem presente, e ainda a riqueza da própria condição social em que vivem complementando habilidades e maneiras de ser e de estar, contribuindo então para ambientes comunitários de grande riqueza sociocultural.

REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular Solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo. Ed.: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BRASIL, Manual de Capacitação da Tecnologia Social. **Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia solidária no Brasil:** Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo : Todos os Bichos, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Franca: [s.n.], 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LIMA, Maria Isabel Rodrigues**. Economia solidária e vínculos**: prefácio de Paul Singer. São Paulo: Ideias & letras, 2006.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005-2007**. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA; André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcante, DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

VERGARA. Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em Administração**. São Paulo: Altas, 2005.